



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Processo nº 1370.01.0063565/2021-42

Belo Horizonte, 31 de maio de 2023.

Processo SIAM nº **39451/2013/001/2014**

Empreendedor: **RBM Empreendimentos Ltda.**

Empreendimento: **Loteamento Vida Nova**

CNPJ: **04.302.694/0001-72**

Município: **Rio Manso**

Assunto: **Arquivamento – LAC1 (LOC) – Classe 4 – Porte Grande**

PAPELETA DE DESPACHO PARA ARQUIVAMENTO

Em 09/05/2014, conforme SIAM, foi formalizado junto à Supram Central Metropolitana o processo de Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC) da **RBM Empreendimentos Ltda. - Loteamento Vida Nova**, CNPJ 04.302.694/0001-72, situado no distrito de Souza, município de Rio Manso.

Com área total de 115,4360 ha o empreendimento foi classificado como Classe 5 perante a Deliberação Normativa nº 74/2004, então vigente.

Com a publicação da DN 217/2017, em 25/06/2018 foi apresentado novo FCE que reorientou o empreendimento para LAC1 (LOC), Classe 4, porte grande. Em 30/08/2018 foi gerado o novo FOB, sendo as documentações restantes apresentadas em 26/10/2018.

Em 13/12/2021 o processo SEI 1370.01.0063565/2021-42 passou a ser híbrido do processo SIAM 39451/2013/001/2014.

Tratava-se de empreendimento já aprovado pelo Município, conforme Decreto nº 1.073 de 27/12/2012, o qual informava se tratar de terreno já descaracterizado como área rural e inserido em área de expansão urbana, estando em conformidade com a legislação municipal e com a Lei Federal 6.766/1979 e que as obras de infraestrutura encontravam-se devidamente executadas. O documento aprovou o loteamento que tinha como área total 115,4360 ha, sendo 277 lotes ocupando área de 66 ha, 9,83 ha de vias de circulação, 6 ha de área institucional, 25,66 ha de áreas verdes, e 7,8996 ha de área remanescente.

O supracitado Decreto Municipal fora emitido um dia após a anuência prévia ser emitida pela Agência Metropolitana de Belo Horizonte, conforme OF.DG nº 325/2012-ARMBH, de 26/12/2012. A certidão expedida pela referida Agência ressaltou, entretanto, que a área remanescente deveria ser regularizada após a obtenção da LOC – Licença de Operação Corretiva.

A partir de então o empreendedor buscou a regularização do empreendimento perante o órgão ambiental estadual, tendo instruído seu processo com EIA/RIMA e realizado o pagamento da parcela 01/06 dos custos administrativos em 06/05/2014.

Os estudos foram elaborados pela empresa Virtual Engenharia Ambiental, CNPJ 00.750.399/0001-28, sob coordenação geral da engenheira Michelle Costa, os quais informam que o empreendimento teria se originado do desmembramento do imóvel rural denominado “Fazenda São José”, para qual fora decretada área de expansão urbana em 22/04/2009. As vendas dos primeiros lotes, segundo informado no documento, se deram no ano de 2000. Trata-se de lotes com dimensões que variam de 2.000 m² a 4.441 m², os quais foram utilizados como casa de morada ou de lazer, contendo ainda culturas diversas para subsistência familiar.

O acesso ao empreendimento se dá pela rodovia LMG-831, que liga também a sede municipal à rodovia Fernão Dias.

Os estudos informam, ao descrever a Área Diretamente Afetada do empreendimento, que grande parte dos lotes já se encontravam ocupados naquela ocasião, bem como sua infraestrutura já implantada.

Por ter localização prevista em área de Relevante Interesse Ambiental, em 02/01/2014 foi concedida anuência do Município de Rio Manso quanto à localização do empreendimento dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental Municipal Rio Manso - APAM Rio Manso, sendo esta a mesma data da declaração de conformidade emitida pelo Município.

Em 18/02/2014 foi concedida anuência da COPASA pela localização do empreendimento dentro dos limites da Área de Proteção Especial Estadual Rio Manso - APEE-Rio Manso, área esta sob responsabilidade da COPASA e que abrange os municípios de Rio Manso, Crucilândia, Brumadinho, Bonfim e Itatiaiuçu.

Em vistoria realizada pela equipe técnica da Supram Sul de Minas em 17/04/2023, conforme Auto de Fiscalização nº 235865/2023, foi constatado *in loco* que o empreendimento encontra-se, de fato, com toda sua instalação concluída e em operação, com a infraestrutura urbana implantada e consolidada, possuindo vias pavimentadas, sistema de drenagem urbana, iluminação pública e rede de energia elétrica. O abastecimento de água é realizado mediante captação em 3 poços tubulares, regularizados mediante as Portarias nº 1304722/21 (publicada em 23/06/2021), 1704477/22 (publicada em 07/07/2022) e 1309314/22 (publicada em 22/12/2022). O tratamento dos efluentes sanitários é realizado de forma individualizada, cada lote possuindo seu próprio sistema de tratamento, constituído por tanque séptico com lançamento final em sumidouro. Já os resíduos sólidos são recolhidos periodicamente pelo serviço municipal.

Contudo, foi observado que 26 lotes foram alocados em área de preservação permanente, os quais estão em destaque na parte colorida da figura a seguir. A linha laranja mostra os limites da propriedade que deu origem ao loteamento e a hachura vermelha mostra os limites da APP. Por ela, percebe-se que a APP ocupa apenas parcialmente a área dos lotes situados mais nas extremidades da imagem colorida e quase integralmente a área dos lotes mais centrais.



Figura 1 - Projeto urbanístico

Os 26 lotes estão reunidos como área remanescente em uma única matrícula, de nº 16.097, com área total de 7,8996 ha, na qual não há áreas públicas ou institucionais, mas tão somente lotes. O trecho de lotes projetados sobre APP é de 3,7708 ha, sendo que a intervenção em APP, de fato, se deu em apenas 0,5043 ha, como mostra a figura a seguir.



Figura 2 - Áreas de intervenção em APP, demarcadas na cor verde

A tabela a seguir apresenta a quantificação das áreas de cada um dos 26 lotes, a metragem de cada lote que foi projetada sobre APP e área na qual houve, de fato, intervenção em APP. O levantamento utilizou imagem aérea datada de abril de 2022 e vistorias que atestam sua atualidade.

Tabela 1 - Quantificação das áreas dos 26 lotes remanescentes

QUANTIFICAÇÃO DAS ÁREAS			
LOTE	ÁREA DO LOTE (m²)	ÁREA EM APP (m²)	ÁREA DE INTERVENÇÃO EM APP (m²)
3B	4.299	1.326	0
3A	3.373	1.475	0
2H	2.649	1.023	0
2G	2.674	978	0
2F	2.533	941	0
2E	2.600	1.006	0
2D	2.954	1.012	0
2C	3.019	1.064	0
2B	2.555	936	310
2A	2.490	1.150	450
1F	2.495	1.457	92
1E	2.508	1.578	636
1D	2.563	1.744	569
1C1	4.112	1.779	285
1C2	8.106	6.784	1886
9A	2.542	1.201	0
9C	3.815	1.543	0
9D	2.636	659	453
9E	3.232	2.460	0
9F	2.580	1.303	0
9G	2.472	1.253	0
9H	2.532	1.347	362
9I	2.546	1.144	0
9J	2.526	954	0
9K	2.549	846	0
9L	2.636	745	0
TOTAL	78.996	37.708	5.043

Ressalta-se que todos os lotes do empreendimento já obtiveram matrículas individualizadas, à exceção dos 26 lotes localizados na área remanescente. Reitera-se a informação que toda a infraestrutura que foi da responsabilidade do loteador já fora recebida e assumida pela prefeitura, não restando nenhuma intervenção por fazer ou pendência sob sua responsabilidade.

Portanto, a equipe técnica da Supram Sul de Minas avalia que não há que se falar em licenciamento ambiental corretivo para a fração do loteamento que já se encontra regularizada e consolidada há anos, mas somente aos lotes situados na área remanescente, os quais permanecem contidos em uma só matrícula.

Pelo quantitativo da área remanescente - 7,8996 ha - abaixo de 15 ha, a regularização dos lotes remanescentes está **dispensada da obtenção de licença ambiental** nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 para o código E-04-01-4 - *Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares*.

Contudo, **faz-se necessária a regularização das intervenções em APP** junto ao CODEMA municipal, ou, na sua ausência, junto ao IEF, por competência supletiva, a quem caberá determinar as medidas cabíveis caso seja comprovada intervenção ambiental posterior a 22 de julho de 2008. Tais regularizações, no entanto, não são de responsabilidade do loteador, mas sim daqueles que adquiriram os lotes e que tenham porventura realizado intervenções não autorizadas na área de preservação permanente.

Diante do exposto, considerando que o Art. 50 da Lei 14184/02 estabelece que a Administração poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente;

Considerando que o princípio da eficiência é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus

agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social;^[1]e

Com base no histórico apresentado neste parecer, sugerimos o **arquivamento** do Processo Administrativo de LOC nº **39451/2013/001/2014** do empreendimento **RBM Empreendimentos Ltda. - Loteamento Vida Nova**, CNPJ 04.302.694/0001-72, situado no distrito de Souza, município de Rio Manso, e encaminhamos o referido processo para a Supram de origem.

Varginha, 31 de maio de 2023.

[1] VETTORATO, Gustavo. [O conceito jurídico do princípio da eficiência da Administração Pública. Diferenças com os princípios do bom administrador, razoabilidade e moralidade](#). **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, [ano 8](#), [n. 176](#), [29 dez. 2003](#). Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4369>. Acesso em: 20 fev. 2021



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Junqueira Maciel Vilela, Servidor(a) Público(a)**, em 02/06/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudinei da Silva Marques, Servidor(a) Público(a)**, em 02/06/2023, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eridano Valim dos Santos Maia, Diretor**, em 02/06/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Augusto Massote Bonifacio, Diretor (a)**, em 02/06/2023, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **66986361** e o código CRC **2BA6D013**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SUPRAM SUL DE MINAS - Núcleo de Apoio Operacional

Decisão SEMAD/SUPRAM SUL - NAO nº. PA Nº 39451/2013/001/2014/2023

Varginha, 05 de junho de 2023.

FOLHA DE ROSTO DE DECISÃO
DECISÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA
DATA: 05/06/2023

EMPREENDIMENTO: RBM Empreendimentos Ltda. - Loteamento Vida Nova

PROCESSO Nº: 39451/2013/001/2014

CÓDIGO DA ATIVIDADE: E-04-01-4

MUNICÍPIO: BETIM

LICENÇA: () LP () LP+LI () LI () LIC () LO () LI+LO () LP+LI+LO
(X) LOC () LIC+LO () REVLO () AMPLIAÇÃO () LAS RAS () RENLI

- () CONCEDIDA COM CONDICIONANTES: VALIDADE
() CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES
() INDEFERIDA
(X) ARQUIVAMENTO
() ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE
() DEFERIDA () INDEFERIDA
() PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTE
() DEFERIDA () INDEFERIDA
() PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA
() DEFERIDA () INDEFERIDA - VALIDADE: ____/____/____.

OBSERVAÇÃO

Liana Notari Pasqualini
Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Central Metropolitana



Documento assinado eletronicamente por Liana Notari Pasqualini, Superintendente, em 06/06/2023, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 67240617 e o código CRC 475B0570.

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3.237, DE 7 DE JUNHO DE 2023
Delega competência de chefia imediata para fins de Avaliação de Desempenho Individual, Avaliação Especial de Desempenho e Avaliação de Desempenho do Gestor Público da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de atribuição prevista no §1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o §1º do art. 10 do Decreto nº 44.559, de 29 de junho de 2007, o art. 2º do Decreto nº 45.851, de 28 de dezembro de 2011, e o inciso II do art. 2º do Decreto nº 44.986, de 19 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica delegada competência de chefia imediata para fins de Avaliação de Desempenho Individual, Avaliação Especial de Desempenho e Avaliação de Desempenho do Gestor Público aos servidores constantes do anexo desta resolução.

§ 1º– Caberá às chefias imediatas a que se refere ocupato exercício das competências previstas no Decreto nº 44.559, de 29 de junho de 2007, no Decreto nº 45.851, de 28 de dezembro de 2011, e no Decreto nº 44.986, de 19 de dezembro de 2008.

§ 2º – Esta delegação de competência se aplica ao ciclo avaliativo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º–O anexo desta resolução será divulgado por meio eletrônico no sítiohttp://trilhasdosaber.meioambiente.mg.gov.br.

Art. 3º–Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Belo Horizonte, 7 de junho de 2023.

MARILIA CARVALHO DE MELO
Secretária de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

07 1800805 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público o cancelamento do arquivamento publicado dia 05/10/2022 do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado; considerando que o mencionado princípio de autotutela encontra-se previsto expressamente no art. 64, da Lei Estadual nº 14.184/2002:

*Licença de Operação em Caráter Corretiva: 1) *Eliésio Carlos Rodrigues/Fazenda Veredas - Culturas anuais, excluindo a olericultura. - Vazante/MG. Processo: 19877/2015/001/2016 - Classe 5.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licença de Operação Corretiva (LAC 2): Ednilson Divino Vilarinho/ Fazenda Curral do Fogo - lugar São Pedro - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Unaí/MG - Processo nº 325/2023 - Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. **Informa ainda que foi concedida a Autorização para Intervenção Ambiental nº SEI: 1370.01.0055082/2022-63. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, (1,9768) ha. Intervenção COM supressão de vegetação em área de preservação permanente - APP (4,5672) ha. Intervenção SEM supressão de vegetação em área de preservação permanente - APP (1,5835) ha. Válida durante o prazo de 06 (SEIS) ANOS.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

07 1800648 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Nortegran Granitos Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento e pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Fruta de Leite/MG, PA/nº 4063/2022 ANM 830.812/2020, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 07/06/2033.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

07 1800754 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAT - Licença Prévia: 1) Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., Fabricação de produtos para diagnósticos com sangue e hemoderivados, farmoquímicos (matéria-prima e princípios ativos), vacinas, produtos biológicos e /ou aqueles provenientes de organismos geneticamente modificados e fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-01-0, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação, Montes Claros/MG, PA/nº 1204/2023. Classe 6.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

07 1800737 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade: 10 (dez) anos. 1) Mozart Ribeiro de Castro/ Fazenda Santo Inácio, Matr. 1.543, 7.410, 2.064, 2.066, 9.228, 17.148, 19.958, 21.768, 685- Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Campo Florido e Pirajuba/MG - PA nº 1173/2023, Classe 2. 2) Olimpio Lopes da Silva Junior/ Fazenda São João, Mat 23279 - Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal - Veríssimo/MG - PA nº 1172/2023, Classe 2. 3) Maria Inez Junqueira Magnino/ Fazenda Pontal, Matr. 10.544 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Ipiacu/MG - PA nº 1169/2023, Classe 2. 4) Livia Cristina Junqueira Magnino/ Fazenda Rosário, Matr. 10.543 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Ipiacu/MG - PA nº 1168/2023, Classe 2.

(a)Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

07 1800217 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 27/05/2023 - pag. 11)
O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

Onde se lê:

1) Licença Prévia, de Instalação e de Operação, concomitantes (LAC 1): *Cacio Jose de Queiroz/ Fazenda Frederico e Santo Antônio dos Olhos d'água - Paracatu/MG - Processo 3150/2022 - Classe 4.

(...)”
Leia-se:

1) Licença Prévia, de Instalação e de Operação, concomitantes (LAC 1): *Cacio Jose de Queiroz/ Fazenda Frederico e Santo Antônio dos Olhos d'água - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Paracatu/MG - Processo 3150/2022 - Classe 4.

(...)”

*Obs.: As demais informações permanecem inalteradas.

07 1800768 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

*LAC1 (LP+LI+LO): 1) São Miguel Mineração Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Arcos/MG, PA/Nº 1200/2023, ANM 803.961/1973, Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado – PA/Nº 1370.01.0036066/2022-74. *LAS RAS: 2) Departamento de Edifacoes e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER-MG- Rodovia: MG-060 - Trecho: Papagaio – Pompêu, Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias e Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários, Pompêu/MG e Papagaio/MG, PA/Nº 1207/2023, Classe 2.

Sra. Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: Requerimento para Intervenção Ambiental- AIA: Mineracao Leal e Rosa Ltda, Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - 1,18 ha; Lenha de floresta nativa - 29,19 m³ e Madeira de floresta nativa - 76,13 m³, Arcos e Pains/MG, PA/Nº 1370.01.0023309/2023-63, vinculado ao Processo no SLA nº 2890/2022.

Sra. Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

07 1800807 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: - LAC 2 - Licença de Instalação Corretiva concomitante com a Licença de Operação: 1) Eucanorte Madeiras e Serviços Eireli, Tratamento químico para preservação de madeira, Salinas/MG, PA/nº 3918/2022. Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 07/06/2033.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

07 1800779 - 1

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência e/ou compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo de solicitação: Licença Ambiental Simplificada – LAS RAS; Empreendimento: Felício Júnior Granato de Faria (CNPJ 29.582.519/0001-07), Atividade Principal: Aterro de Resíduos da Construção Civil (Classe A), exceto aterro para armazenamento/ disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação, Município: Ponte Nova/MG, PA nº 02978/2018/002/2019, Válida até 20/02/2029 – Para: Adriano Ferreira Gomes (CNPJ 49.793.296/0001-34).

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata.

07 1800777 - 1

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- Licença de Operação – LO (LAC1): 1) LafargeHolcim (Brasil) S.A. – CSN Cimentos S.A., Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Carandá/MG, PA nº 2599/2022. Classe 4. Motivo: Impossibilidade técnica.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional da Supram da Zona da Mata.

07 1800801 - 1

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS RAS: 1) JHL Participações Ltda - CGH São Fidélis, Central Geradora Hidrelétrica – CGH, Matias Barbosa/MG, PA nº 1154/2023, Classe 2.

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regional da SUPRAM da Zona da Mata.

07 1800821 - 1

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada: - LAS RAS: 1) Município de Dona Euzébia - Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto; Estação de tratamento de esgoto sanitário, Dona Euzébia /MG, PA nº 849/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 27/04/2032.

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regional da Supram da Zona da Mata.

07 1800813 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Granitos Salinas Ltda., Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Salinas/MG, PA/nº 1198/2023 ANM 831.799/2005, Classe 2. 2) Bentes Mineração Exportação e Importação Ltda., Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários e lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Salinas/MG, PA/nº 1206/2023 ANM 831.219/2017, Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

07 1800651 - 1

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- Licença de Operação Corretiva – LOC (LAC1): 1) São Gonçalo Extração e Comércio de Granitos Ltda, Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para transporte de minério/estéril extern aos limites de empreendimentos minerários; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Espera Feliz/MG, PA nº 1170/2023, Classe 2. AIA Vinculado – SEI nº 1370.01.0023172/2023-76.

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regional da Supram da Zona da Mata.

07 1800848 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Central Metropolitana torna público o arquivamento do processo abaixo identificado:

- LAC 1 - Licença de Operação em caráter corretivo: 1) RBM Empreendimentos Ltda. - Loteamento Vida Nova, Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Rio Manso/MG, PA nº 39451/2013/001/2014, Classe 4. Motivo: Perda do objeto.

(a) Liana Notari Pasqualini. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Central Metropolitana.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Ribeiro & Donizeti Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Ouro Fino/MG, PA nº 1199/2023, Classe 3.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

07 1800350 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas. Designada pelo Ato de Delegação SEMAD/SECEX Nº 05, de 22 de dezembro de 2022.

- (LAC 1) - Licença de Operação Corretiva: 1) Rima Industrial S.A - Fazenda Santa Efigênia, Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada, horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Buritizeiro e João Pinheiro/MG, PA/nº 1201/2023. Classe 4.

07 1800639 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Fernando Vilaca Gonçalves/Fazenda Paraizo - Matrícula 1.267 (Distrito Santana de Patos), Avicultura, horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; barragem de irrigação ou de perenização para agricultura, Patos de Minas/MG, PA nº 1188/2023, Classe 2.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba.

07 1800407 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Fazenda São Judas Tadeu - Zona Rural Município: Capim Branco, Gleba - B/Renovar Comércio de Sucatas e Resíduos Industriais Ltda., processamento ou reciclagem de sucata; central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelo, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos; unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco, Capim Branco/MG, Processo nº 1202/2023, classe 3

(a) Liana Notari Pasqualini - Superintendente Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana.

07 1800610 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

Pauta da 15ª Reunião Extraordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG

Data: 19 de junho de 2023, às 14h.

Endereço virtual da reunião:

https://www.youtube.com/channel/UCuH1AiB462m8py3C1jJl4w

1. Abertura pelo(a)Presidente da Câmara Normativa e Recursal - CNR.

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame da Ata da 14ª RO de 24/03/2023.

6. Minutas de Deliberação Normativa CERH-MG para exame e deliberação:

6.1 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH Nº 76, de 19 de abril de 2022, que define os critérios para a regularização do uso de água subterrânea nas Circunscrições Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências - SEI/nº 1370.01.0014597/2023 - Responsável: Gerência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos - GERUR/IGAM.

6.2 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 04, de 18 de fevereiro de 2002, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento de Comitês de Bacia Hidrográfica, e dá outras providências - SEI/Nº 2240.01.0003518/2023-85. Responsável: Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH.

7. Assuntos gerais.

8. Encerramento.

Leonardo Monteiro Rodrigues

Presidente da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

07 1800858 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão

PORTARIA FEAM Nº699, 07 DE JUNHO DE 2023

Formaliza os procedimentos do Programa de Gestão de Barragens da FEAM e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 10 do Decreto 47.760, de 20 de novembro de 2019, e CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens - PESB; CONSIDERANDO que a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB;

CONSIDERANDO que a Política Estadual de Segurança de Barragens - PESB deve ser implementada de forma articulada com a Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar os procedimentos adotados pelos empreendedores e no âmbito da FEAM na verificação do cumprimento das disposições da Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, da Lei Estadual nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, e de seus regulamentos;

Art. 1º - O Programa de Gestão de Barragens da FEAM será regido pelas disposições da Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, da Lei Estadual nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, seus regulamentos e por esta portaria.

Art. 2º - O Programa de Gestão de Barragens da FEAM aplica-se às barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos e resíduos industriais ou de mineração e a barragens de água ou líquidos associados a processos industriais ou de mineração, que apresentem as características estabelecidas no Decreto nº 48.140, de 25 de fevereiro de 2021.

CAPÍTULO I – DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO DE BARRAGENS DA FEAM

Art. 3º - O Programa de Gestão de Barragens da FEAM será coordenado e executado pelas unidades administrativas da FEAM responsáveis pela fiscalização de barragens, no âmbito da Política Estadual de Segurança de Barragens, estabelecida pela Lei nº 23.291, de 2019.

Parágrafo único: O Programa de Gestão de Barragens da FEAM será implementado em articulação com os órgãos e entidades que integram o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

MINAS GERAIS

Art. 4º - O Programa de Gestão de Barragens da FEAM tem por objetivo fiscalizar e acompanhar a gestão de barragens executada pelos empreendedores, nos termos da Lei Federal 12.334, de 2010, da Lei 23.291, de 2019 e de seus regulamentos, visando a adoção de medidas efetivas para redução dos riscos associados às estruturas.

Art. 5º - São atividades do Programa de Gestão de Barragens da FEAM:

I - manter o cadastramento das barragens enquadradas na Lei 23.291, de 2019;

II - fiscalizar e validar as informações cadastrais das barragens;

III - elaborar documentos e relatórios a respeito da conservação e manutenção das condições operacionais das barragens;

IV - verificar a conservação e manutenção das condições operacionais das barragens;

V - elaborar, promover e executar programas de treinamento e qualificação de recursos humanos internos e externos em gestão de barragens;

VI - fiscalizar a observância das normas vigentes no desenvolvimento de projetos e na manutenção, adequação e monitoramento de barragens;

VII - fiscalizar a execução, por parte dos empreendedores, das recomendações de auditoria e dos órgãos ambientais;

VIII - realizar o credenciamento de auditores independentes para a prestação de serviços de auditoria técnica de segurança de barragens no âmbito da Política Estadual de Segurança de Barragens;

IX - aplicar sanções administrativas correlacionadas às atividades desenvolvidas pelo programa.

CAPÍTULO II – DO CADASTRAMENTO DE BARRAGENS

Art. 6º – Os empreendedores deverão promover o cadastro e a classificação das barragens instaladas, em construção, em operação ou desativadas através do Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens – Sigibar, mantido pela FEAM.

§ 1º - Os dados da barragem principal e os dados referentes aos diques selantes, internos, de compartimentação ou conformação de reservatório, defletores e outras estruturas associadas que eventualmente existam deverão compor um único cadastro.

§ 2º - O empreendedor, ao cadastrar e classificar a barragem, deverá considerar o barramento ou estrutura associada que apresente a maior pontuação referente à categoria de risco e potencial de dano ambiental.

§ 3º - A efetivação de um único cadastro não exime o empreendedor da responsabilidade pela segurança, gestão e monitoramento do barramento principal e de cada uma das estruturas associadas.

§ 4º - Os estudos, planos e as auditorias técnicas de segurança de barragens deverão abranger e avaliar o comportamento e a segurança da barragem principal e suas estruturas associadas para as quais deverá ser emitida uma única Declaração de Condição de Estabilidade - DCE. Art. 7º – O cadastro e a classificação das barragens instaladas deverão ser concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da concessão da licença de operação.

Parágrafo único – No prazo previsto no caput deste artigo, deverão ser apresentados o primeiro Relatório de Auditoria Técnica Ordinária de Segurança de Barragem – RTSB e DCE, acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, mantendo-se, posteriormente, a periodicidade definida nos incisos do caput do art. 17 da Lei 23.291, de 2019, para apresentação dos RTSB e das DCEs seguintes.

CAPÍTULO III – DA FISCALIZAÇÃO DE BARRAGENS

Art. 8º - Constituem instrumentos da fiscalização de barragens desenvolvida pelo Programa de Gestão de Barragens da FEAM:

I - Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens - Sigibar;

II - Relatórios de Auditoria Técnica Ordinária de Segurança de Barragem – RTSB;

III - Relatórios de Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança de Barragem – RTSB;

IV - Declaração de Condição de Estabilidade - DCE

V - Relatório de Inspeção Semestral;

VI - inspeção visual de barragens;

VII - programas, projetos e demais documentos apresentados pelos empreendedores;

VIII - autos de fiscalização, autos de infração, relatórios de vistoria e demais documentos administrativos e técnicos elaborados pelas unidades administrativas da FEAM responsáveis pela fiscalização de barragens.

Art. 9º - O RTSB e a DCE, acompanhados da respectiva ART das barragens submetidas à Política Estadual de Segurança de Barragens deverão ser elaborados e apresentados segundo as diretrizes do art. 17 da Lei 23.291, de 2019.

Parágrafo único – A classificação das barragens quanto ao risco e ao potencial de dano ambiental seguirá as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 48.140, de 2021.

Art. 10 - A apresentação do RTSB e da DCE ocorrerão por meio da inserção, pelo auditor responsável, dos documentos no Sigibar.